



Federação de Sindicatos de
Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior
Públicas do Brasil

Fundada em 19 de dezembro de 1978

INFORMES
Direção Nacional

ID2012 NOV-01



Brasília, 01 de novembro de 2012.

Plantão DN

Rolando, Uchôa, Almiram (em substituição temporária a Coordenadora Antonieta), Garofolo (em substituição temporária ao Coordenador Paulo Vaz).

Conselho Fiscal (29/10 a 01/11/12)

Ednaldo, João Daniel, Mozart, Pinheiro e Umberto.

I Encuentro sobre Inclusión del Enfoque de Género en el Sector Universitario Latinoamericano (República de Nicaragua, 29 a 31/10/2012)

Charles e Diego.

UFRN, Conselho Universitário, EBSEH (30 e 31/10)

Janine, Francisca Maria, Ronaldo e JP.

INFORMES NACIONAIS

ENCONTRO SOBRE HUS DIAS 10 E 11/11

Local: Centro de Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio (CNTC), situado na SGAS - 902 - Bloco C - Brasília (DF).

Dando segmento ao combate à privatização dos hospitais universitários, a FASUBRA Sindical realizará nos dias 10 e 11 de novembro, no Centro de Eventos e Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, em Brasília, o encontro **HU's 100% SUS x EBSEH**.

O objetivo do evento é organizar a luta dos técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) e barrar os ataques aos servidores que atuam nos hospitais universitários (HU's).

Até a realização do seminário, a FASUBRA orienta as bases da Federação que organizem encontros preparatórios de forma que as demandas locais possam fundamentar as ações contra a privatização dos hospitais e enriquecer o debate.

PROGRAMAÇÃO:

I - DIA 10

MANHÃ:

1ª mesa de abertura: Saudação da DN.

2ª mesa: Missão dos HU's: FASUBRA, ANDES, UNE, MEC e ANDIFES.

TARDE:

Mesa: EBSEH, modelo de privatização da saúde.

FASUBRA, Procuradoria Federal do Direito do Cidadão (Brasília), Frente CONTRA a Privatização dos HU's (Professora Valéria Correia UFAL), Alice Portugal (Deputada Federal - PCdoB da BA - Frente Parlamentar em Defesa dos HU's), Relator da EBSEH no Congresso Nacional, MEC, MPOG.

II - DIA 11

MANHÃ:

Grupos de trabalho

TARDE:

Plenária Final.

URGENTE! INFORMAÇÃO PARA ENCONTRO SOBRE HU's!

É importante que todas as entidades, que participarão desse evento, **confirmem** através de e-mail: **fasubra@fasubra.org.br**, até a próxima **quinta-feira (dia 08/11)**, o número de participantes no Encontro, que ocorrerá em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro. Essa informação é muito importante para que a Federação providencie material e organize toda a infraestrutura do evento, a fim de oferecer condições de conforto e segurança, evitando atropelos de última hora e desperdícios, de qualquer natureza.

FASUBRA PARTICIPA DE AUDIÊNCIA NO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA

A FASUBRA Sindical participou na tarde dessa terça-feira, dia 30 de outubro, de Audiência promovida pelo Núcleo de Educação da Câmara dos Deputados, oportunidade em que foi debatida proposta sobre os mecanismos de ajustes do Piso Nacional do Magistério.

A audiência foi aberta pela Deputada Fátima Bezerra (PT-RN), que compôs a mesa com representantes das entidades, inclusive, da **FASUBRA**, na pessoa do coordenador **Raimundo Uchôa**.

O tema foi apresentado e amplamente debatido, durante a maior parte do tempo da audiência e, pela reação dos presentes, atenderá a expectativa da categoria docente de todo o país, tendo em vista que incorpora elementos do FUNDEB e do INPC do período anterior ao qual será processado o reajuste.

Apesar da audiência não tratar diretamente do PL 4368/12 – objeto de maior preocupação da categoria, nesse momento –, a representação da FASUBRA, ao fazer uso da palavra, manifestou preocupação quanto ao prazo de tramitação da matéria, bem como em relação ao número muito grande de emendas que foram apresentadas por algumas entidades envolvidas. Diante disso, a FASUBRA indagou sobre a possibilidade de separar sua demanda de reajuste das demais entidades envolvidas, tendo em vista que não apresentou nenhuma emenda e, caso o PL não seja aprovado até o final deste ano, seus efeitos não serão aplicados em janeiro de 2013 – o que poderá causar prejuízos para a categoria.

Finalmente a FASUBRA chamou atenção dos presentes para a importância da conquista proporcionada pelas mudanças nos Anexos III e IV, uma vez que trará benefícios importantes para a categoria e que, portanto devem ser preservadas, na forma que foram debatidas e aprovadas no Acordo de Greve. Denunciou, ainda, a decisão unilateral do governo em suspender as reuniões dos GTs, que estavam programadas para ocorrerem esta semana e, principalmente, pela forma como esse comunicado fora realizado – por telefone, na véspera –, demonstrando descaso e desprezo, o que poderá ser sentido como indícios para uma possível quebra de Acordo.

Antes do encerramento o presidente do PROIFES, professor Eduardo Rolim, anunciou que deveria retirar-se, em função de reunião agendada com o relator do PL 4368/12, deputado Alex Canziane (PTB-PR), a fim de pedir celeridade na tramitação e se colocou à disposição da FASUBRA para repassar algumas informações, conforme sintetizou, oportunamente, após a reunião: “a reunião com o relator foi muito boa e a ideia dele é não mudar o corpo do projeto, devendo, por outro lado, efetuar algumas mudanças pontuais”. O relator comprometeu-se, ainda, em realizar Audiência Pública para debater a matéria com todas as entidades envolvidas, devendo, oportunamente, anunciar data, horário, local e atores participantes.

Vale ressaltar que na última Plenária foi aprovada proposta, no sentido de que a FASUBRA, através de seus representantes, busque acompanhar de perto o PL em questão, a fim de garantir sua aprovação, com tudo o que foi pactuado no Acordo de Greve – o que está sendo feito pelos plantonistas, desta semana.

OFÍCIO PROTOCOLADO NO MEC NO TOCANTE AO CANCELAMENTO DAS REUNIÕES DOS GT'S, NO DIA DE ONTEM (31/10)

OF. 170/12-SEC

Brasília-DF, 31 de outubro de 2012.

Prezado(a) Senhor(a),

No Termo de Acordo assinado, após o término da greve de 2012, entre a FASUBRA e o governo foram constituídos Grupos de Trabalho para dar segmento aos debates, acerca de pontos que não puderam ser tratados naquele momento, na busca por soluções, que ponham fim em alguns impasses. Na configuração dos grupos ficou acertada Para a composição desses grupos ficou acertado a participação dos trabalhadores, representados pela FASUBRA e o SINASEFE, representação do governo através do MEC e do MPOG, além da representação das entidades, que fazem a gestão das IFES e que integram a ANDIFES e o CONIF.

Nos dias 01 e 02 de outubro ocorreram as primeiras reuniões, nas quais debatemos a pauta interna, o funcionamento, bem como o calendário dos grupos de trabalho. Nessas reuniões estranhemos a ausência do Ministério do Planejamento, fato esse registrado pela Federação, como um aspecto negativo ao bom encaminhamento do que fora pactuado.

Mesmo assim, foram distribuídas para os presentes tarefas a serem executadas e uma agenda para as duas reuniões seguintes, com vistas ao cumprimento dos prazos estipulados no acordo para o término das discussões e acordos nos grupos de trabalho.

No início da noite de quinta feira (26/10), recebemos, por telefonema, comunicado do MEC, adiando a realização dos GT's, tendo em vista que o MPOG não dispunha de agenda para as datas acordadas, na semana que se seguiria. Diante do surpreendente ocorrido, solicitamos da representação do MEC que oficializasse esse comunicado, no que fomos atendidos.

A comunicação de suspensão dos GT's, além de ter sido feita, inicialmente, por telefone e não oficialmente, ocorreu há poucos dias antes da realização dos GT's, quando a FASUBRA já havia providenciado a compra de passagens para seus representantes.

Diante do fato a Direção Nacional da FASUBRA já manifestou publicamente seu descontentamento com o adiamento dos GT's e com a forma desrespeitosa, com que vem sendo tratada toda a programação que foi acordada nas reuniões iniciais. Essa atitude do governo prejudica o bom andamento dos GT's e ameaça o cumprimento dos trabalhos, com conclusões positivas, nas datas acordadas.

Diante do lamentável ocorrido, ao tempo em que registramos nosso desapontamento, também, exigimos esclarecimentos imediatos sobre as razões que levaram o governo a frustrar nossas expectativas, causando, inclusive prejuízos financeiros. Esperamos, ainda, o imediato e pronto restabelecimento do funcionamento dos GT's, abordando os temas que estão no Acordo de Greve, garantindo a participação de todos os setores envolvidos, bem como a observância dos prazos estabelecidos e pactuados. Caso contrário, isto é, a inobservância desses preceitos, poderá configurar-se quebra de Acordo, o que seria lamentável para todos.

Saudações sindicais!

ROLANDO RUBENS MALVÁSIO Jr
Coordenação de Administração e Finanças

RAIMUNDO NONATO UCHÔA ARAUJO
Coordenação de Organização Sindical

NB.: Ofício de igual teor, também foi protocolado no MOPG.

Informativo Especial EBSERH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) FASUBRA - ANDES - SINASEFE.

Governo tenta, sorrateiramente, transferir HU para a Ebserh

Após conseguir aprovar a lei que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), o governo faz ofensiva junto às reitorias para que seja assinado o contrato de adesão sem que os Conselhos Universitários sejam consultados. O ANDES-SN, a FASUBRA e o INASEFE, e demais

entidades que fazem parte do Fórum Nacional Contra a Privatização da Saúde, têm mostrado para a comunidade universitária os perigos que a Ebserh representa, como a perda da autonomia universitária e da conexão entre ensino, pesquisa e extensão, além da implantação da dupla porta nos hospitais.

O Ministério da Educação tem feito marcação cerrada sobre as reitorias. Em exposição feita em outubro na Universidade Federal de Santa Maria, o diretor-geral da Ebserh, Celso Ribeiro de Araújo, disse que o governo não pretende contratar mais servidores para os hospitais federais através do Regime Jurídico Único (RJU), o que inviabilizaria novas contratações por essa modalidade e significará o fechamento de alguns hospitais. Na verdade, é isso o que quer o governo: impedir os HU de contratarem servidores, deixando como única opção a privatização, via Ebserh.

A lei que criou a Ebserh abre uma brecha para que as reitorias se esquivem da anuência dos Conselhos para assinar o contrato de gestão, bastando ao reitor tomar a decisão. Mesmo assim, por pressão da comunidade acadêmica, hospitalar e da sociedade civil, as reitorias estão se vendo obrigadas a fazer essa consulta.

Para as três entidades, a lei que criou a Ebserh significa um ataque frontal ao artigo 207 da Constituição Federal, que trata da autonomia universitária. Com a Ebserh, os hospitais deixam de ser espaço de ensino, passando a integrar um cenário conduzido pela lógica empresarial, em contraposição à natureza universitária, quebrando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Tem-se claro que este discurso de adesão é um eufemismo utilizado para ocultar o projeto do Executivo Federal de apartar definitivamente os hospitais universitários das universidades federais. A Ebserh, consiste, a bem da verdade, em transferir o patrimônio das universidades para uma empresa pública, mas de direito privado, que, em última análise, significa a mercantilização da saúde e da educação.

Quem sinalizou pela adesão De acordo com a assessoria de imprensa da Ebserh, até meados de outubro 16 universidades, que respondem por 26 HU, tinham manifestado interesse em aderir à Ebserh. Essas universidades ainda não firmaram contrato com a empresa e encontram-se na fase da caracterização/diagnóstico. As universidades são as seguintes: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Será o fim da pesquisa voltada para os interesses sociais

Apesar de o governo afirmar que o ensino, a pesquisa e a extensão não serão prejudicados com a Ebserh, estaremos diante de uma situação em que os professores e técnico-administrativos não terão espaço funcional na estrutura dessa empresa, posto que os hospitais universitários têm sua alocação funcional ancorada nas unidades acadêmicas (escolas, institutos e faculdades) e não em empresas de serviço, sejam elas hospitalares ou não.

Até porque, a dita "adesão" não precisa tramitar pelo Conselho Universitário de cada Instituição. Além disso, as reitorias estão sendo pressionadas a contratar a Ebserh, assim como ocorreu em relação ao Reuni. Este instrumento administrativo é ativado, em geral, por ofício do reitor. A partir da adesão à Ebserh, uma "equipe de governança", indicada pela universidade, fará o diagnóstico do hospital. Avaliando-o, através da lógica produtivista, em cinco pontos centrais: perfil assistencial, perfil acadêmico, infraestrutura, recursos humanos e administrativo-financeiro.

Realizado o "diagnóstico", o passo seguinte consiste no estabelecimento das metas e indicadores (de produção de metas e produtividade) que orientarão os "Termos de Contratação" a serem celebrados entre as partes. É bom lembrar que a Ebserh estará sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários, abandonando a lógica do público, onde o trabalhador é regido pelo Regime Jurídico Único, que garante a estabilidade e permite o vínculo efetivo com a instituição.

Mobilização

Haverá resistências, tendo em vista que, pelas regras democráticas, a comunidade universitária não aceitará renunciar a cessão deste patrimônio – fundamental para o cumprimento de suas atividades – para uma empresa de direito privado. O governo, na perspectiva de implementar seu projeto de privatização, como fez por ocasião do Reuni, segue ignorando as lutas dos docentes, técnicos e estudantes, daí porque não quer que a adesão à Ebserh passe pelos Conselhos Universitários, ferindo, assim, a autonomia universitária (art 207 da CF). Nesse contexto, nunca – salvo em momentos de explícita ditadura – foram tão aviltados e desrespeitados as instâncias típicas da vida universitária, como na presente proposta de entregar os HU para a EBSERH.

Em todo território nacional, as universidades federais brasileiras são responsáveis por 46 HU, que compõem o mais importante e maior conjunto de instituições de saúde, responsáveis por procedimentos de alta complexidade na rede pública. Esses hospitais também estão implicados com o processo de pesquisa inovadora e no desenvolvimento da ciência brasileira nessa área. Dessa forma, respondem à política de saúde assentada no SUS, e, portanto, possibilitam aos trabalhadores pobres de todo país o acesso aos procedimentos que empregam tecnologias mais avançadas, de forma universal e gratuita. De outro modo tais pessoas não teriam acesso a esses procedimentos.

Além disso, a Ebserh materializará, no cotidiano das relações de trabalho e acadêmicas, o aviltamento das condições precarizantes para significativas parcelas de docentes, técnico-administrativos, bem como das condições de estudo e formação dos estudantes das ciências da saúde.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE PÚBLICA! EM DEFESA DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS! DIGA NÃO À EBSERH!

FASUBRA – ANDES – SINASEFE

Solicitamos as entidades o empenho na ampla divulgação da nota acima. A mesma está disponível no site da federação.

8ª Nota Pública do Fórum Nacional de Educação sobre a importância estratégica da educação para o País e a sua vinculação ao critério de destinação dos royalties do petróleo, por ocasião do processo de votação do PL 2565/11, na Câmara dos Deputados.

Brasília, 30 de outubro de 2012.

O Fórum Nacional de Educação, órgão de Estado e espaço inédito de interlocução entre a sociedade civil e governo, instituído pela Portaria nº. 1.407/2010, reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE-2010), acompanhou a tramitação do Projeto de Lei nº 8.035/2010 que visa a instituir o próximo Plano Nacional de Educação com duração decenal.

O PNE, já aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado Federal (PLC 103/12) é o principal instrumento que a sociedade brasileira contará para transformar a educação nacional e assim, resgatar a enorme dívida histórica para com esse direito social proclamado pela nossa Constituição Federal cidadã. Porém, para o PNE tornar-se realidade, depende de financiamento necessário à efetivação de suas metas e, por força de dispositivo constitucional, para este fim, a Câmara dos Deputados já definiu a vinculação de 10% do PIB para financiar as suas metas.

Por outro lado, há consensos, tanto no governo, quanto na sociedade civil que as fontes que assegurarão a aplicação dos 10% do PIB devem ser imediatamente definidas e, na votação dos royalties pagos à União, aos estados e aos municípios, o Fórum Nacional de Educação defende que o critério de destinação dessa receita tributária, seja o investimento na educação escolar pública nacional.

Por este motivo, o Fórum Nacional de Educação defende que 100% dos royalties advindos dos novos contratos da exploração de petróleo sejam destinados à educação, como um dos meios para viabilizar o patamar de 10% do PIB para a educação pública nacional.

Certamente, dessa forma, senhores deputados, o PLC 103/2012, que trata do novo PNE começará a ganhar musculatura e, ao mesmo tempo, oferecerá as garantias para uma aplicação orientada, eficiente e efetiva, dessa receita, na educação escolar brasileira.

O FNE, portanto, respeitando a soberania e a independência do Poder Legislativo, recomenda aos Deputados Federais que empreendam os esforços necessários para emendar o PL 2.565/2011, de modo a incluir e aprovar a destinação de 100% dos royalties do petróleo à educação pública oferecendo suporte financeiro à efetivação das metas do próximo PNE.

O Coordenador-Geral do FNE, **ad referendum**, delibera esta recomendação.

NOTÍCIAS

Entidades sindicais se reúnem para debater negociação coletiva no setor público

Com diversos projetos tramitando no Congresso Nacional que tratam da regulamentação da negociação coletiva e direito de greve no setor público, 31 entidades nacionais - que compõem o Fórum que representa os servidores federais - se reúnem no próximo dia 7 de novembro, quarta-feira, para debater o tema. O encontro será em Brasília, na sede do Sindsep-DF, entidade filiada à Condsef.

Além do espaço para amplo debate entre as entidades, estão previstos painéis com representantes da CUT, CTB, CSP-Conlutas e Dieese. As entidades rechaçam projetos que foram apresentados sem o devido debate com os trabalhadores e defendem que o projeto aprovado seja fruto de um amplo debate entre a categoria (União, Estados e Municípios).

Um dos projetos que está no Congresso é o PL 4.532/12, de autoria do deputado federal Policarpo. Seu conteúdo é em grande parte fruto do que foi debatido ao longo de mais de três anos em um grupo de trabalho (GT) composto por representantes do governo e de entidades representativas de servidores dos âmbitos federal, estadual e municipal.

O seminário pretende se debruçar sobre o conteúdo de todos os projetos que abordam o tema, debater e definir estratégias para buscar apoio da maioria no Congresso para que o projeto aprovado assegure, de fato, o direito dos servidores à negociação coletiva e ao direito irrestrito dos trabalhadores à greve.

Fonte: Condsef.

Adicional de risco para vigilantes de universidades passa na CAS

Projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica foi aprovado nesta quarta-feira (31) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta recebeu decisão terminativa na comissão.

Em seu texto inicial, o projeto de lei do Senado (PLS 179/2008), de autoria do ex-senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), previa adicional a ser fixado entre 50% e 100% do vencimento básico. No entanto, a relatora na CAS, senadora Ana Amélia (PP-RS), considerou "excessivo" esse percentual e fixou o valor nos mesmos termos dos adicionais de periculosidade e de insalubridade, ou seja, 30% da remuneração básica.

A senadora ainda apresentou emenda ao projeto inicial para deixar claro que o pagamento do adicional é cumulativo com as demais vantagens recebidas e devido apenas ao trabalhador que efetivamente se exponha a risco.

Hoje, nos campos, universitários, a gente vê problemas não só com os vigilantes, mas com os próprios alunos e professores - observou Ana Amélia, ao ressaltar a importância de medidas que preservem a segurança.

Ao justificar a proposta, Zambiasi argumentou que o aumento da criminalidade e da violência nas cidades brasileiras exige que o vigilante atue em situações perigosas. Como observou, apesar de os vigilantes serem encarregados de manter a segurança de alunos, professores e funcionários nos campi universitários, a legislação não permite que eles detenham ou prendam infratores, ação que cabe à Polícia Militar. Além disso, informou ele, esses profissionais não são autorizados a portar arma de fogo para cumprir sua atividade ou para segurança pessoal.

(Fonte: Agência Senado)

Seminário na UFSC debate sobre o SUS e as privatizações na saúde pública

Nos dias 5 e 6 de novembro (segunda e terça-feira) será realizado na Universidade Federal Santa Catarina (UFSC) o 1º Seminário Catarinense em Defesa do SUS. O Seminário vai debater questões como o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), como a falta de equipamentos, profissionais e remédios, e os novos modelos de saúde pública como as Organizações Sociais e a recém criada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Esses novos modelos permitem a entrada de capital privado na saúde pública, podendo acarretar em cada vez mais menos vagas para os usuários do SUS nos hospitais e na rede pública de saúde. O seminário pretender levantar questões como: será que as empresas privadas tratarão a saúde com a seriedade e prioridade que merece? Ou o capital privado visará só o lucro e a exploração da saúde da população?

Para debater o tema estarão presentes professores doutores no assunto e de renome nacional, pesquisadores e membros do Poder Judiciário.

Veja abaixo a programação do seminário com as palestras e os palestrantes.

Mais informações com os organizadores do evento: Adriana Carvalho (48) 99276731 e Márcio Roberto Fortes 99279304.

Contatos com as jornalistas Rosangela Bion de Assis (48) 91799655 e Marcela Cornelli (48) 99973436.

Programação:

Dia 5

14h – Abertura

- Sobre o Seminário, o *Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde* e a *Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde* – Edileuza Garcia Fortuna (SindSaúde/SC)
- Saudação de Lúcia Helena Pacheco (vice-reitora da UFSC)

Coordenação: DCE/UFSC

14h30 - A Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde – SUS

- Francisco Batista Júnior (ex-presidente e atual membro do Conselho Nacional de Saúde)
- Marco Aurelio Da Ros (Prof. Dr. aposentado do Departamento de Saúde Pública da UFSC)

Coordenação: DCE/UFSC

18h30min - Conjuntura e os novos modelos de privatização na saúde: OSs, OSCIPS, EBSERH, Fundações, PPPs e outras

- Sara Granemann (Profa. Dra. da Escola de Serviço Social da UFRJ)
- Simone Hagemann (Diretora do SindSaúde e membro do Conselho Estadual da Saúde)
- Clair Castilhos Coelho (Professora aposentada do Departamento de Saúde Pública da UFSC).

Coordenação: Adriana Carvalho (Fórum Catarinense em Defesa do SUS e Contra a Privatização da Saúde)

Dia 6

9h - A EBSERH e as consequências para o HU, a universidade e a sociedade

Palestrantes:

- Sara Granemann (Profa. Dra. da Escola de Serviço Social da UFRJ)
- Irineu Manoel de Souza (Prof. Dr. do Departamento de Administração da UFSC)
- Darley Rugeri Wollmann Junior (Médico do HC da UFPR e diretor do Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná-SIMEPAR)

Entidades e autoridades convidadas para expressarem a posição referente à EBSERH:

- Roselane Neckel (Reitora da UFSC)
- Carlos Alberto Justo da Silva (HU/UFSC)
- SINTUFSC
- APUFSC
- ANDES/UFSC
- APG/UFSC
- DCE/UFSC

Coordenação: Tânia Regina Krüger (Profa. Dra. do DSS da UFSC)

14h - Marco jurídico dos novos modelos de gestão da saúde

- Dr. André Stefani Bertuol (Procurador da República em Santa Catarina)
- Dra. Dulce MarisGalle (Procuradora do Trabalho do MPT/SC)
- Vídeo da Dra. Sônia Maria Demeda Groisman Piardi (Promotora de Justiça do MP/SC)

Coordenação: Valmir Braz de Souza (Sindprevs/SC)

(Fonte: Sindprevs/SC)

Suspensa liminar que determinava retirada dos guaranis kaiowás de fazenda em Mato Grosso do Sul

Foi suspensa hoje (30) a liminar que determinava a retirada do acampamento dos índios guaranis kaiowás da Fazenda Cambará, em Mato Grosso do Sul. O anúncio foi feito pelo Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante reunião com líderes indígenas na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH). De acordo com a decisão da Justiça, os cerca de 170 índios que vivem no acampamento devem permanecer no local até que a demarcação de suas terras seja definida.

A decisão da desembargadora Cecilia Mello, do Tribunal Regional da 3ª Região (TRF-3) em São Paulo, acata o recurso apresentado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Ministério Público Federal (MPF). O agravo de instrumento, apresentado dia 16, representava contra uma liminar anterior, favorável à manutenção de posse proposta por Osmar Luis Bonamico, dono da fazenda.

Em seu despacho, a desembargadora considerou que “o caso dos autos reflete, de um lado, o drama dos índios integrantes da Comunidade Indígena Pyelito Kue que, assim como outros tantos silvícolas brasileiros, almejam de há muito a demarcação de suas terras. E, de outro lado, o drama não menos significativo daqueles que hoje ocupam terras supostamente indígenas que, na maioria das vezes, adquiriram a propriedade ou foram imitados na posse de forma lícita e lá se estabeleceram”. A magistrada declara ainda que “os indígenas se encontram em situação de penúria e de falta de assistência e, em razão do vínculo que mantêm com a terra que creem ser sua, colocam a vida em risco e como escudo para a defesa de sua cultura”.

A decisão foi recebida com entusiasmo pelos presentes à reunião. A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, que presidiu o encontro, disse que o próximo passo é agilizar o processo de estudos para demarcação da terra indígena. “Essas pessoas têm empreendido uma luta com o apoio de toda a etnia guarani kaiowá e todos os guaranis e comunidades indígenas do Brasil”, disse referindo à luta dos guaranis kaiowás e de outras etnias em Mato Grosso do Sul pela demarcação de suas terras.

Solano Pires, líder guarani kaiowá do Acampamento Puelyto Kue, falando em guarani, expressou sua alegria com a decisão da Justiça e reafirmou a ancestralidade dos índios sobre a terra. “Essa tekoha [terra sagrada] é nossa. Meu avô e meu tataravô estão enterrado lá”, disse.

A desembargadora também revogou a multa diária de R\$ 500 contra a Funai por descumprimento da decisão de retirar os índios do local. A Funai argumentou no tribunal que “não detém a tutela da comunidade indígena, não influencia na sua cultura, no modo de viver e nem mesmo foi responsável pela retomada da área em conflito”.

Cecilia Mell diz também que a Funai deve adotar todas as “providências no sentido de intensificar os trabalhos e concluir o procedimento administrativo de delimitação e demarcação de terras”. Também autoriza que outros órgãos governamentais possam ter acesso ao acampamento para prestar assistência aos índios.

Durante a reunião, José Eduardo Cardozo anunciou que já tomou várias medidas para assegurar melhores condições para os índios. Ele destacou o reforço no contingente da Força Nacional e da Polícia Federal para garantir a segurança no local, e que solicitou que a Funai agilize o processo de demarcação de terras.

O ministro disse que em até 30 dias será apresentado o relatório final definindo se a área reivindicada pelos índios. “Nós vamos aprovar dentro de 30 dias. Falta apenas a questão do levantamento fundiário para que o processo possa ser aprovado”. Apesar disso, o ministro reconheceu que o processo de demarcação das terras indígenas ainda deve demorar. “A questão da demarcação de terras indígenas é extremamente conflituosa. Nós temos decisões liminares que interrompem o processo. É difícil estimar um tempo para o próximo passo”, ressaltou.

(Fonte: Agência Brasil)

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2012

NOVEMBRO

06	Reunião Ordinária FENTAS
e 08	Reunião Ordinária do CNS
10 e 11	Seminário Nacional de HU's
19, 20 e 21	Reunião DN
22	Ato - 317 anos de imortalidade de Zumbi (Manhã)
22	Seminário Assédio Moral e Diversidade (Tarde)
23 e 24	Plenária FASUBRA
24	Assembleia Eleição Conselho Fiscal FASUBRA
26 a 01/12	XXI Seminário Nacional de Segurança das IPES - UFPA, Belém/PA

DEZEMBRO

04	Reunião Ordinária FENTAS
05 e 06	Reunião Ordinária do CNS